

700

QUESTÕES

COM RESPOSTAS



SÓ 
QUESTÕES

IADES

INSTITUTO AMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática e Raciocínio Lógico
- ▶ Informática
- ▶ Direito Constitucional
- ▶ Direito Administrativo

- ▶ Administração Geral e Pública
- ▶ Direito Penal
- ▶ Direito Processual Penal
- ▶ Direito Civil
- ▶ Direito Processual Civil



AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





IADES

INSTITUTO AMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

**GABARITANDO
700 Questões Gabaritadas**

CÓD: OP-157JH-26
7908403597857

ÍNDICE

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Matemática e Raciocínio Lógico	47
3. Informática.....	71
4. Direito Constitucional	89
5. Direito Administrativo.....	107
6. Administração Geral e Pública	125
7. Direito Penal	143
8. Direito Processual Penal	161
9. Direito Civil.....	181
10. Direito Processual Civil.....	203

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (CEBRASPE - 2024)

Texto 1A1-I

Atitudes de confiança em relação a situações, pessoas ou sistemas específicos, e também num nível mais geral, estão diretamente ligadas à segurança psicológica dos indivíduos e dos grupos. Confiança e segurança, risco e perigo, existem em conjunções historicamente únicas nas condições da modernidade. Os mecanismos de desencaixe, por exemplo, garantem amplas arenas de segurança relativa na atividade social diária. Pessoas que vivem em países industrializados, e em certa medida em qualquer lugar hoje, estão geralmente protegidas contra alguns dos perigos enfrentados rotineiramente em tempos pré-modernos — como as forças da natureza. Por outro lado, novos riscos e perigos, tanto locais quanto globais, são criados pelos próprios mecanismos de desencaixe. Comidas com ingredientes artificiais podem ter características tóxicas ausentes das comidas mais tradicionais; perigos ambientais podem ameaçar os ecossistemas da Terra como um todo.

Anthony Giddens. *Modernidade e identidade*. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002, p. 25 (com adaptações)

Acerca do texto 1A1-I, assinale a opção correta, em relação à ortografia, à acentuação, ao emprego do sinal indicativo de crase e aos processos de formação de palavras.

- (A) O vocábulo “pré-modernos” (quarto período) é formado por composição por justaposição.
- (B) A inserção do sinal indicativo de crase no “a” de “a situações” (primeiro período) manteria a correção gramatical e o sentido original do texto.
- (C) O vocábulo “diretamente” (primeiro período) é um advérbio formado por derivação parassintética.
- (D) Os vocábulos “diária” (terceiro período) e “países” (quarto período) são acentuados de acordo com a mesma regra de acentuação.
- (E) Os vocábulos “psicológica” (primeiro período) e “únicas” (segundo período) são

proparoxítonos e por isso recebem acento agudo.

2. (CEBRASPE - 2024)

Texto CB1A1-I

Gigantes das tecnologias digitais, como Apple, Google e Meta, além de bancos, seguradoras, agências de turismo e outras organizações, estão decididas a levar de volta sua força de trabalho para os ambientes convencionais de trabalho presencial.

Há muitos sinais de reocupação dos escritórios e limitação do trabalho remoto a apenas um dia da semana no chamado sistema híbrido.

Vários fatores explicam essa reversão. Em primeiro lugar, estão sendo reconsiderados os ganhos de produtividade do trabalho remoto encontrados nas primeiras avaliações. Com base em uma metodologia mais robusta, estudos recentes estão revelando que aqueles ganhos eram *ilusórios*. Quando se analisa com cuidado a relação entre a produção por hora trabalhada remotamente e a qualidade do trabalho realizado, os resultados decepcionam.

Em segundo lugar, está ficando cada vez mais claro que o trabalho remoto, realizado de forma isolada e sem interação social, empobrece o capital humano das empresas pela falta do *feedback* imediato e repetido que ocorre nas relações presenciais.

Depreciar o seu capital humano é o último desejo das empresas, que, em vista das transformações tecnológicas, precisam de pessoas que pensem bem e rápido para propor inovações no trabalho e que se ajustem rapidamente aos desafios crescentes dos negócios modernos.

Em terceiro lugar, pesquisas recentes têm mostrado que a falta do contato face a face de forma continuada é um sério inibidor da criatividade. As teleconferências por meio de plataformas virtuais não geram as boas ideias que, normalmente, emergem nas reuniões presenciais, em que todos se observam mutuamente e aproveitam o ambiente de interação social para somar, corrigir e inovar.

AMOSTRA

Finalmente, os pesquisadores descobriram o óbvio, ou seja, que os seres humanos não vivem só de produtividade, mas valorizam momentos felizes e agradáveis, que raramente ocorrem na solidão do trabalho remoto ou nos contatos **fortuitos** das reuniões virtuais.

José Pastore. **A reversão do trabalho remoto**. Internet <correiobrasiliense.com.br> (com adaptações)

No último parágrafo do texto CB1A1-I, o vocábulo “fortuitos”

- (A) indica o modo como os contatos são mantidos virtualmente e tem o mesmo sentido do vocábulo **inoperantes**.
 (B) tem a mesma classificação gramatical que o vocábulo “raramente” e significa, no contexto em questão, **aquilo que não foi planejado**.
 (C) é empregado, no contexto em questão, como substantivo e seu sentido é pejorativo, expressando a inoperância das reuniões virtuais.
 (D) classifica-se gramaticalmente como adjetivo e poderia ser substituído, sem prejuízo dos sentidos do texto, por **eventuais**.
 (E) tem a mesma classificação gramatical e o mesmo sentido da palavra “ilusórios”, empregada no parágrafo.

3. (CEBRASPE - 2023)

Texto CG2A1-II

Pergunte a qualquer professor ou professora de jornalismo qual é a frase mais citada pelos estudantes no primeiro dia de aula do primeiro ano do curso. Quando questionados sobre o motivo de escolher a carreira jornalística, nove entre dez alunos costumam responder que optaram por essa profissão pelo desejo de mudar o mundo, de fazer diferença na sociedade. Uma aspiração louvável, especialmente porque o jornalismo tem uma relação intrínseca com a promoção da cidadania, da democracia e do direito à informação.

Exercer esse ofício por meio do jornalismo comunitário é uma boa maneira de conquistar o objetivo de mudar, se não o mundo, pelo menos um recorte da sociedade que costuma ficar à margem de serviços públicos de qualidade, de segurança e também de informação.

Vale lembrar que o papel do jornalista é o de tornar público o que é de interesse da população — de toda ela, e não apenas de uma parcela da

sociedade que consome produtos jornalísticos da mídia tradicional. Por isso, convém ao jornalista comunitário ter senso crítico e responsabilidade social, mantendo-se próximo à comunidade na qual trabalha, conhecendo suas necessidades e valorizando seus saberes e sua cultura.

Alexandra Gonzalez. **Jornalismo comunitário**. São Paulo: Editora Contexto, 2022, p. 9-10 (com adaptações)

Assinale a opção em que o adjetivo indicado expressa uma opinião da autora do texto CG2A1-II.

- (A) “comunitário”
 (B) “público”
 (C) “crítico”
 (D) “jornalísticos”
 (E) “louvável”

4. (CEBRASPE - 2026)

Texto CG1A2-I

Ainda há muito o que estudar sobre a árvore genealógica das línguas de todo o continente americano. Como na África, a linguística moderna chegou tarde a essa região e encontrou um cenário marcado pela destruição, pelo desaparecimento não documentado de uma quantidade de idiomas que mal conseguimos avaliar. Os idiomas que se viram mais diretamente envolvidos no processo de formação do português que viríamos a falar no Brasil são os do grupo tupi, falados por nações como os caetés, potiguara, tamoio, tupinambá, tupiniquim... Esses povos parecem ter iniciado uma imigração a partir da Amazônia, no início da Era Comum, ou seja, há mais de 2.000 anos. Por um lado, eles se expandiram para o litoral norte, depois rumo ao nordeste e ao sudeste do Brasil; por outro, desceram a região central rumo ao sul do país.

A presença mais ou menos uniforme de grupos tupis nas costas do Brasil teria um papel fundamental na história linguística do que um dia viria a ser essa imensa nação lusófona na América do Sul. Numa região de vegetação fechada e alta densidade populacional, o litoral era o fio condutor mais vigoroso de contatos e aproximações. E como os povos que habitavam um trecho gigantesco do litoral brasileiro eram relacionados, isso gerava um tipo de uniformidade de hábitos, tradições e idioma, que possibilitou que os portugueses os considerassem como “um povo”, falante de uma mesma língua, uma forma do tupi, que, ao que parece, variava pouco entre um grupo e outro. Essa

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

1. (IADES - 2023)

As pontuações (P) apresentadas em um concurso público com mais de 40 mil candidatos podem apresentar características muito próximas do comportamento de uma distribuição normal ou de Gauss.

Levando em conta que a variável aleatória P tenha a média X , a mediana Y , a moda Z e o desvio-padrão W , assinale a alternativa **correta**.

(A) A variável aleatória P citada assume um valor para cada candidato, correspondendo à sua pontuação, de modo a ser verificado que $X = Y = Z$.

(B) Se $X > Y$, a distribuição dos valores de P possui assimetria negativa.

(C) Caso seja observado que $Y < Z$, tem-se $Y > X$ e a distribuição das pontuações de todos os candidatos apresenta assimetria positiva, conforme o valor do coeficiente de assimetria de Pearson.

(D) Se $X = Y = Z$, a distribuição das pontuações de todos os candidatos é simétrica em relação a X .

(E) O coeficiente de variação de P é obtido por X/W .

2. (IADES - 2025)

Considere a seguinte situação hipotética. Para a participação nos jogos escolares deste ano, o CMPDP II irá fazer a inscrição de 12 estudantes para compor a equipe de basquete. Como a procura pela modalidade superou as expectativas, a definição dos atletas será feita em duas etapas. A primeira etapa será baseada em critérios técnicos e serão selecionados 20 estudantes. Após a seleção dos 20, a segunda etapa será um sorteio, de forma aleatória. Sabendo que André está entre os 20 selecionados, qual é a probabilidade que ele tem de participar da equipe?

- (A) 20%
- (B) 40%
- (C) 50%
- (D) 60%

3. (IADES - 2024)

	Homens (H)	Mulheres (M)	Total
Hospital Santa Casa (S)	20	10	30
Hospital Geral (G)	15	15	30
Hospital Central (C)	40	5	45
Total	75	30	105

Essa tabela apresenta dados referentes à distribuição de pacientes entre dois hospitais de uma cidade. Considerando os dados da tabela, assinale a alternativa correta.

- (A) $P(H) = 20/105$
- (B) $P(M|C) = 0$
- (C) $P(S) = P(G) = 1/2$
- (D) $P(H) > P(M)$
- (E) $P({}^cC) = 20/105$

4. (IADES - 2023)

Um órgão do Governo do Distrito Federal possui dois veículos oficiais. Por causa da demanda dos veículos e da chance de falha mecânica, a probabilidade de que um veículo específico esteja disponível quando necessário é de 90%. A disponibilidade de um veículo é independente da disponibilidade do outro. Qual é a probabilidade de que nenhum veículo esteja disponível em determinado momento?

- (A) 1%
- (B) 2%
- (C) 10%
- (D) 90%
- (E) 99%

AMOSTRA

5. (IADES - 2023)

Em determinada reunião do CAU/BR, o número de urbanistas presentes era um quinto do número de arquitetos. Se um dos presentes for escolhido ao acaso, qual é a probabilidade de ele ser urbanista?

- (A) $\frac{1}{5}$
 (B) $\frac{1}{6}$
 (C) $\frac{2}{5}$
 (D) $\frac{5}{5}$

6. (IADES - 2022)

Uma instituição financeira oferece três tipos de aplicações a seus clientes: poupança, fundos de renda fixa e fundos de renda variável. Ao avaliar o percentual de cada aplicação, verificou-se que 50% de todos os contratos estão na poupança, caracterizando o perfil mais conservador da maioria dos clientes, 30% em fundos de renda fixa e os outros 20% em fundos de renda variável.

A análise do perfil de clientes por sexo foi consolidada na tabela a seguir.

Aplicação financeira	Homens (%)	Mulheres (%)
Poupança	60	40
Renda fixa	70	30
Renda variável	80	20

Essa instituição hipotética acessou aleatoriamente uma aplicação contratada por determinada mulher. Qual é a probabilidade de essa aplicação ter sido feita em fundos de renda variável?

- (A) Igual a 20%
 (B) Maior que 12% e menor que 15%
 (C) Exatamente igual a 12%
 (D) Entre 5% e 10%
 (E) Igual a 4%

7. (IADES - 2022)

Dois dados honestos (com as faces numeradas de 1 a 6) são arremessados e são observados os números das faces voltadas para cima. Os lançamentos são independentes. Seja Z o total de pontos obtidos (ou seja, a soma dos números das faces voltadas para cima). Será utilizada a notação $P(Z \in L)$ para indicar a probabilidade de que Z pertença a um conjunto L . Por exemplo:

$$P(Z = 2) = \frac{1}{36}$$

pois $Z = 2$ ocorre apenas quando $X = 1$ e $Y = 1$;

$$P(Z \geq 9) = P(Z \in \{9, 10, 11, 12\})$$

indica a probabilidade de que Z assumo o valor nove ou um número maior.

É correto afirmar que

(A) $P(Z < 5) < 0,1 = 1/10$.

(B) $P(Z \geq 8) > 0,5 = 5/10$.

(C) $P(Z \neq 7) > 0,9 = 9/10$.

(D) $P(Z < 5) > 0,5 = 5/10$.

(E) $P(Z \geq 8) < 0,7 = 7/10$.

8. (IADES - 2023)

Suponha que, durante a investigação de um homicídio, na cena do crime, tenha sido descoberto, além do sangue da vítima, o sangue de uma segunda pessoa, que era do tipo O- ("O" negativo). Os suspeitos do crime foram conduzidos para as oitivas na delegacia de polícia e, inicialmente, eles foram separados em duas salas. Na sala 1, havia 2 pessoas com o tipo sanguíneo O- e 3 pessoas com um tipo sanguíneo diferente de O-. Na sala 2, havia 1 pessoa com o tipo O- e 4 pessoas com um tipo sanguíneo distinto de O-. Antes do início do procedimento, uma pessoa saiu da sala 1 para a sala 2. Em seguida, uma pessoa da sala 2 foi escolhida aleatoriamente. Qual é a probabilidade de essa pessoa ter o tipo sanguíneo O-?

- (A) $\frac{1}{3}$
 (B) $\frac{1}{30}$
 (C) $\frac{1}{6}$
 (D) $\frac{1}{5}$

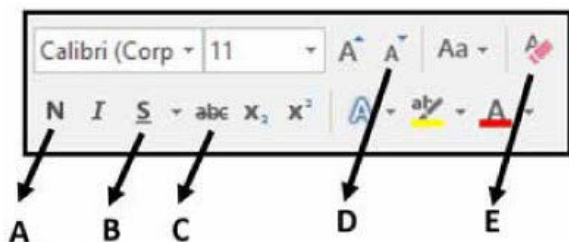
INFORMÁTICA

1. (IADES - 2025)

Ao gerar um índice automático no Microsoft Word, o servidor percebeu que alguns títulos do documento não apareceram no índice. A esse respeito, assinale a alternativa que justifica corretamente o problema apresentado.

- (A) O índice não foi atualizado após a inserção de novos títulos.
- (B) Os títulos foram digitados manualmente sem aplicação de estilos de título.
- (C) O documento possui muitas páginas, excedendo o limite do índice.
- (D) O recurso de hifenização automática foi ativado, afetando a indexação.
- (E) O texto foi salvo no formato PDF antes que o índice fosse gerado.

2. (IADES - 2024)



A imagem apresentada mostra uma parte da barra de ferramentas do Word 365. Com base nela, assinale a alternativa que associa corretamente a ação ao clicar com o

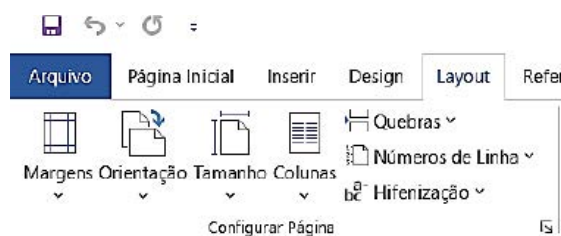
- mouse* sobre o botão com a letra indicada.
- (A) A: inserir fonte na cor preta
 - (B) B: transformar em sobrescrito
 - (C) C: sublinhar o texto
 - (D) D: aumentar o tamanho da fonte
 - (E) E: limpar a formatação

3. (IADES - 2024)

O recurso no qual o Microsoft Word mescla um documento principal com uma lista de destinatários para gerar um conjunto de documentos de saída é denominado

- (A) tabela dinâmica.
- (B) bloco de notas.
- (C) banco de dados.
- (D) mala direta.
- (E) referência cruzada.

4. (IADES - 2024)



A imagem apresenta parte da guia "Layout" do Word. Em relação aos comandos dessa guia, assinale a alternativa correta.

- (A) O comando "Orientação" apresenta três opções de configuração: "Retrato", "Paisagem" e "Misto".
- (B) Por meio do comando "Margens", a menor margem que pode ser configurada é a "Estreita".
- (C) Por meio do comando "Colunas", é possível alterar o número de colunas em uma parte do texto ou no texto todo.
- (D) Entre as opções do comando "Tamanho", o A4 é maior que o A3.
- (E) O comando "Quebras" é exclusivo para inserir quebras de página no documento.

5. (IADES - 2023)

Considerando o aplicativo Microsoft Word, assinale a alternativa correspondente à guia acessada para se acompanhar as alterações feitas pelos usuários que compartilham o documento.

- (A) Revisão
- (B) Correspondências
- (C) Referências
- (D) Arquivo
- (E) Exibir

6. (IADES - 2023)

A respeito da versão mais recente do aplicativo de edição de textos Microsoft Word, assinale a alternativa correta.

- (A) A inserção de textos via comando de voz é possível.
- (B) As impressoras devem estar previamente configuradas antes da abertura do arquivo que se deseja imprimir, pois não é possível acessar a configuração delas pelo aplicativo.
- (C) A informação armazenada na área de transferência é substituída sempre que o atalho Ctrl + C é digitado, o que impossibilita a utilização do histórico dessa área no documento.
- (D) Em razão de sua complexidade e por motivos de usabilidade, não há aplicativo móvel oficial Microsoft Word disponibilizado nas lojas Android e Apple.
- (E) A opção Quebra de Página é usada para limpar o conteúdo restante até o final da página, a partir da posição do cursor no texto.

7. (IADES - 2022)

Tendo em vista o uso do Microsoft Word no sistema operacional Windows, assinale a alternativa que indica o atalho de teclado, em uma tabela, para deslocar o cursor até a primeira célula da linha em que o cursor está atualmente.

- (A) Alt + Home
- (B) Tab
- (C) Alt + Shift + Seta para cima
- (D) Home
- (E) Control + Home

8. (IADES - 2025)

No contexto do uso de planilhas eletrônicas, como o Microsoft Excel ou o LibreOffice Calc, um analista precisa consolidar dados de vendas. Ele possui uma tabela com o código do produto e seu preço e precisa inserir o preço correspondente a cada produto em uma segunda tabela que contém apenas os códigos dos produtos vendidos.

Dessa forma, para buscar um valor em uma coluna e retornar um valor correspondente de outra coluna na mesma linha, deve-se utilizar a função

- (A) SOMA, que permite realizar a busca do código do produto e retornar o seu preço.
- (B) CONT.SE, que é utilizada para contar as células que correspondem ao código do produto e exibir o preço.
- (C) MÉDIA, que calcula a média dos preços e a associa automaticamente ao código do produto.
- (D) PROCV (ou VLOOKUP), que realiza uma procura vertical de um item em uma coluna e retorna um valor de uma coluna diferente na mesma linha.
- (E) SE, que verifica se um código de produto é verdadeiro e, com base nisso, busca o preço correspondente.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (IADES - 2025)

De acordo com os princípios fundamentais e com os direitos e garantias fundamentais estabelecidos na Constituição Federal de 1988 (Títulos I e II), assinale a alternativa correta.

(A) A soberania, a cidadania e a dignidade da pessoa humana são elencadas como fundamentos do Estado Democrático de Direito, que constitui a República Federativa do Brasil.

(B) São princípios fundamentais da República Federativa do Brasil nas relações internacionais, entre outros, a garantia do desenvolvimento nacional e a erradicação da pobreza e da marginalização.

(C) O direito de resposta proporcional ao agravo e a inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença são princípios que regem a República Federativa do Brasil em suas relações internacionais.

(D) A livre manifestação do pensamento, embora com a vedação ao anonimato, é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

(E) A prevalência dos direitos humanos e o pluralismo político são princípios que regem as relações internacionais do Brasil, com vistas à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

2. (IADES - 2024)

De acordo com o art. 3º da Constituição Federal de 1988, um dos objetivos fundamentais da República é

(A) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

(B) promover o desenvolvimento sustentável.

(C) colaborar com a solução pacífica dos conflitos internacionais.

(D) garantir a independência nacional.

(E) assegurar a livre concorrência.

3. (IADES - 2023)

De acordo com o art. 61 da Constituição Federal de 1988, a iniciativa das leis complementares e

ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos tribunais superiores, ao procurador-geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos na Carta Magna. Com base nessa temática, é correto afirmar que o Brasil adota a democracia

(A) direta, como regra geral, e admite a democracia representativa em alguns casos.

(B) representativa, como regra geral, e admite a democracia participativa em alguns casos.

(C) semidireta, como regra geral, e admite a democracia representativa em alguns casos.

(D) indireta, como regra geral, e admite a democracia representativa em alguns casos.

(E) representativa.

4. (IADES - 2022)

Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, descritos no art. 1º do texto constitucional de 1988, apresentam-se como

(A) princípios fundamentais.

(B) direitos individuais.

(C) deveres individuais.

(D) deveres fundamentais.

(E) princípios individuais.

5. (IADES - 2022)

Eradicar a pobreza e a marginalização, bem como reduzir as desigualdades sociais e regionais, constituem os

(A) princípios fundamentais da República Federativa do Brasil.

(B) direitos individuais assegurados pela República Federativa do Brasil.

(C) princípios da República Federativa do Brasil, regentes das relações internacionais.

(D) objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

(E) deveres fundamentais assegurados pela República Federativa do Brasil.

6. (IADES - 2022)

Um dos princípios regentes nas relações internacionais da República Federativa do Brasil denomina-se

- (A) vida.
- (B) proporcionalidade.
- (C) defesa da paz.
- (D) honra.
- (E) proteção e defesa do consumidor.

7. (IADES - 2022)

A Constituição Federal de 1988 estabelece diretrizes para resguardar direitos fundamentais e repudiar o racismo e a discriminação no âmbito das relações entre os membros da sociedade.

Acerca desse tema, assinale a alternativa que apresenta objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.

- (A) Repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- (B) Integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina.
- (C) Promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- (D) Preservação da dignidade da pessoa humana,
- (E) Estímulo ao pluralismo étnico.

8. (IADES - 2021)

Em conformidade com o texto constitucional de 1988, assinale a alternativa que corresponde a objetivo(s) fundamental(is) da República Federativa do Brasil.

- (A) Erradicar a pobreza e a marginalização, bem como reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- (B) Assegurar a prevalência dos direitos humanos.
- (C) Primar pela autodeterminação dos povos.
- (D) Garantir a igualdade entre os Estados soberanos.
- (E) Promover o repúdio ao terrorismo e ao racismo.

9. (IADES - 2021)

Segundo previsão expressa no texto constitucional de 1988, é (são) princípio(s) fundamental(is) da República Federativa do Brasil a (o)

- (A) igualdade entre homens e mulheres.
- (B) pluralismo político e a autodeterminação dos povos.
- (C) soberania e a cidadania.
- (D) garantia do desenvolvimento nacional.
- (E) defesa nacional e a manutenção da paz.

10. (IADES - 2021)

De acordo com o que estabelece a Constituição Federal de 1988, as normas definidoras dos direitos e das garantias fundamentais

- (A) necessitam de lei para produzir efeitos, em todos os casos.
- (B) têm aplicação imediata.
- (C) têm aplicação diferida.
- (D) têm aplicação mediata em todos os casos.
- (E) são de eficácia limitada em todos os casos.

11. (IADES - 2026)

Com base no art. 5º da Constituição Federal de 1988, que trata dos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa **correta**.

- (A) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia ou a noite, por determinação judicial.
- (B) É livre a manifestação do pensamento, sendo assegurado o anonimato como forma de proteção à liberdade de expressão.
- (C) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- (D) Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, sem nenhuma exceção prevista no texto constitucional.
- (E) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, não podendo a lei estabelecer nenhum tipo de restrição ou exigência de qualificação profissional.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (IADES - 2023)

Acerca da organização da Administração Pública brasileira, assinale a alternativa correta.

(A) O sentido objetivo da Administração Pública não deve ser confundido com nenhum dos poderes estruturais do Estado, sobretudo o Poder Executivo, ao qual se atribui usualmente a função administrativa.

(B) Autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista passam pela desconcentração do poder do Estado.

(C) Autarquias e fundações públicas pertencem à administração direta.

(D) O sentido subjetivo da Administração Pública consiste na própria gestão dos interesses públicos executada pelo Estado, seja por meio da prestação de serviços públicos, seja por sua organização interna, ou, ainda, pela intervenção no campo privado.

(E) O sentido objetivo da Administração Pública consiste na própria atividade administrativa exercida pelo Estado por seus órgãos e agentes, caracterizando a função administrativa.

2. (IADES - 2024)

O princípio da igualdade, previsto na Constituição Federal,

(A) significa que todos são iguais perante a lei, admitindo-se, no entanto, para garantir a soberania nacional, a distinção entre os brasileiros e os estrangeiros residentes no País.

(B) não é um direito fundamental, pois é apenas um direito humano.

(C) significa que os homens e as mulheres são iguais em direitos e obrigações; desse modo, é inconstitucional um comando legal que autorize os homens a receberem salários maiores que os das mulheres.

(D) por não ser um direito absoluto, admite a distinção de credo religioso.

(E) só tem valor jurídico entre as pessoas físicas e se aplica às pessoas jurídicas.

3. (IADES - 2024)

A respeito do princípio da publicidade, assinale a alternativa correta.

(A) É um requisito de eficácia para que os atos administrativos produzam efeitos.

(B) Tem relação com o consumo adequado dos insumos utilizados em determinado processo.

(C) Refere-se ao preço cobrado pela prestação de alguns serviços públicos.

(D) Estabelece que é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe.

(E) Preconiza que o agente público deve ter sua conduta pautada por interesses particulares.

4. (IADES - 2024)

Um cidadão compareceu a uma reunião do conselho comunitário do seu bairro para discutir problemas de infraestrutura na rua, como buracos nas calçadas e iluminação precária. Durante o encontro, ele expôs preocupação de que esses problemas estavam colocando em risco a segurança dos moradores, especialmente das crianças e dos idosos. Um dos participantes sugeriu que o cidadão reunisse assinaturas dos vizinhos e protocolasse um abaixo-assinado na prefeitura local, pedindo melhorias na infraestrutura.

Diante dessa situação hipotética, e com base nos princípios constitucionais de cidadania, assinale a alternativa correta.

(A) Como cidadão, ele tem o dever de organizar ações comunitárias e assumir diretamente a responsabilidade pela manutenção das calçadas.

(B) Somente as autoridades governamentais têm o poder de sugerir e de exigir melhorias na infraestrutura pública, excluindo a população de qualquer processo participativo.

(C) A prefeitura local é a única responsável pela identificação e pela resolução dos problemas de infraestrutura, não cabendo à população nenhum envolvimento no processo.

AMOSTRA

(D) A participação do cidadão em reuniões comunitárias não contribui para a prática da cidadania, pois tais encontros não têm impacto na gestão pública.

(E) O abaixo-assinado sugerido na reunião é um exemplo do exercício da cidadania, pois envolve a participação popular na gestão pública por meio de um instrumento de manifestação coletiva.

5. (IADES - 2023)

Assinale a alternativa que corresponde ao dever dos órgãos e das entidades públicas quanto às informações de interesse coletivo por eles produzidas.

(A) Orientar em relação aos procedimentos para a consecução do acesso.

(B) Promover a divulgação em local de fácil acesso.

(C) Proteger a informação, garantindo-se sua disponibilidade quando solicitado.

(D) Assegurar a disponibilidade das informações referentes aos projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos relacionados à segurança da sociedade e do Estado.

(E) Autorizar o acesso integral à informação, mesmo que ela seja parcialmente sigilosa.

6. (IADES - 2022)

O sistema de cotas como espécie das ações afirmativas traz à discussão a diferença entre a igualdade formal e a material. A esse respeito, assinale a alternativa que indica o princípio da Administração Pública que, diretamente ligado à sua fundamentação, é apontado pela doutrina em um estágio de transformação em relação à sua matriz original.

(A) Legalidade

(B) Eficiência

(C) Impessoalidade

(D) Moralidade

(E) Publicidade

7. (IADES - 2025)

Considere que determinada autarquia federal tenha precisado reavaliar a própria estratégia de comunicação institucional durante uma crise de reputação causada por uma falha no sistema de atendimento ao cidadão. A alta gestão decidiu

adotar uma abordagem proativa, apresentando medidas corretivas para restaurar a confiança da sociedade.

Quanto aos princípios de comunicação pública em contextos de crise, assinale a alternativa que melhor indica uma ação estratégica adequada ao cenário apresentado.

(A) Cancelar temporariamente as redes sociais institucionais para evitar críticas, priorizando apenas comunicados formais em canais oficiais.

(B) Utilizar comunicação clara e multicanal, com foco na escuta ativa da sociedade, e prestação de contas acerca das ações corretivas.

(C) Adotar linguagem técnica e jurídica para garantir precisão nas informações e evitar interpretações equivocadas.

(D) Manter silêncio institucional até que todas as apurações estejam concluídas, evitando ruídos de comunicação.

(E) Centralizar a comunicação nas chefias técnicas envolvidas, limitando o acesso à imprensa até o encerramento do processo interno.

8. (IADES - 2021)

O poder da Administração de anular os próprios atos deriva da

(A) discricionariedade.

(B) moralidade.

(C) vinculação.

(D) autotutela.

(E) subordinação.

9. (IADES - 2022)

Quando a vontade emana de agente da Administração Pública, ou dotado de prerrogativas desta, e o conteúdo propicia a produção de efeitos jurídicos com finalidade pública, o instituto jurídico em comento é o

(A) ato da Administração.

(B) fato administrativo.

(C) ato administrativo.

(D) ato jurídico.

(E) fato jurídico.

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

1. (IADES - 2024)

Artécnica de gestão de estoques que utiliza análise de Pareto e classifica os materiais de acordo com sua importância relativa denomina-se

- (A) *Lead time*.
- (B) Estoque mínimo.
- (C) Método 80/20.
- (D) Giro de estoque.
- (E) Curva ABC.

2. (IADES - 2025)

Considere a situação hipotética a seguir.

Programa A: Fiscalização do Trânsito Custo econômico: R\$ 100.000/mês Impacto estimado: 4,3 vidas salvas

Programa B: Educação no Trânsito Custo econômico: R\$ 30.000/mês Impacto estimado: 1,5 vidas salvas

Um gestor público, dada a limitação de recursos disponíveis, precisa escolher o programa adequado a ser implementado.

Nesse caso, ele deverá realizar uma análise de

- (A) custo-benefício, porque o programa A salva mais vidas em números absolutos.
- (B) retorno econômico, considerando o número de vidas salvas.
- (C) impacto social e escolher o programa que salva o maior número de vidas.
- (D) custo-efetividade e escolher o programa B, por ser o mais custo-efetivo.
- (E) eficiência econômica, em razão da limitação de recurso disponíveis.

3. (IADES - 2024)

Assinale a alternativa que apresenta o melhor conceito de eficiência em uma organização.

- (A) Realização das coisas certas no momento certo.
- (B) Maximização dos recursos disponíveis para atingir objetivos.
- (C) Redução do custo de produção a qualquer preço.
- (D) Garantia de que a empresa alcance suas metas estratégicas.

(E) Obtenção dos melhores resultados com o menor desperdício de recursos.

4. (IADES - 2023)

Uma das vertentes da administração pública gerencial são as compras governamentais. Acerca desse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) É uma área que exige pouca regulamentação.
- (B) É relevante para aplicação de políticas protecionistas, como aquisição de estoques para preservação de preços agrícolas ou de insumos industriais.
- (C) É um processo de baixo impacto para as operações dos fornecedores de materiais.
- (D) É um processo que faz pouco uso das tecnologias da informação, dadas as limitações legais.
- (E) Uma característica desse tipo de compra é a sua baixa escala.

5. (IADES - 2022)

As transformações no cenário econômico mundial refletiram de forma impactante na Administração Pública, principalmente por conta dos efeitos das crises econômicas da década de 1970, que contribuíram decisivamente para o questionamento do modelo do Estado-providência. Nesse sentido, ampliou-se o debate acerca da necessidade da transformação para uma administração pública orientada para a gestão por resultados, baseada nos novos conceitos de gestão, tais como: responsabilização, transparência, mérito, reconhecimento, trabalho em equipe, estratégia e planejamento, orientação para o cidadão, medição dos resultados, entre outros. A literatura indica que a reforma administrativa que vem sendo implementada no Brasil pelo governo federal se deu a partir da

- (A) promulgação da Constituição Federal de 1988.
- (B) promulgação da Lei nº 4.320/1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e dos balanços da União, dos estados, dos

municípios e do Distrito Federal.

(C) Lei nº 8.666/1993, que regulamentou as compras públicas no Brasil.

(D) promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que estabelece, em regime nacional, parâmetros relativos ao gasto público de cada ente federativo (e estados e municípios brasileiro).

(E) publicação do Plano Diretor da Reforma do Estado, em 1995.

6. (IADES - 2024)

Considerando somente a gestão pública federal, o tipo de departamentalização que promove a especialização e a eficiência operacional é aquele que se realiza por

- (A) produto.
- (B) processo.
- (C) cliente.
- (D) território geográfico.
- (E) projeto.

7. (IADES - 2025)

Acerca da comunicação assertiva no ambiente profissional, assinale a alternativa que melhor representa essa abordagem.

- (A) Posicionar-se de forma ponderada, apresentando argumentos com firmeza e abertura ao diálogo, mesmo diante de perspectivas contrárias.
- (B) Sustentar opiniões com ênfase, mesmo que haja certo desconforto, desde que o conteúdo reflita convicções pessoais verdadeiras.
- (C) Ajustar a fala às reações do interlocutor, mesmo que isso implique abrir mão temporária de pontos de vista, para manter a harmonia no diálogo.
- (D) Priorizar o consenso nas conversas, optando por evitar discordâncias que possam comprometer o andamento das relações.
- (E) Focar na defesa do próprio posicionamento, mesmo quando houver resistência, como forma de preservar a identidade profissional.

8. (IADES - 2024)

Assinale a alternativa correspondente a uma antiga modalidade de comunicação formal dirigida a pessoas do público externo com as quais se tem pouco contato e que contém itens como data, endereço, vocativo, corpo e encerramento.

- (A) SMS (mensagem de texto)
- (B) Carta
- (C) Memorando
- (D) Redes sociais
- (E) *E-mail*

9. (IADES - 2022)

Diversos conflitos e desentendimentos humanos, além de problemas de gestão, de erros e de acidentes nas organizações são gerados, na grande maioria, por problemas ou simplesmente pela falta de comunicação. A comunicação empresarial caracteriza a relação da empresa com a sociedade, além do respectivo público interno e externo. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) Quanto mais avançada a tecnologia da comunicação, menos críticos tornam-se os relacionamentos.
- (B) Antes de ser instrumental, a comunicação é essencialmente tecnológica e extremamente impessoal.
- (C) A cultura da comunicação pressupõe a construção individual e tecnológica de um ambiente de trabalho favorável à individualidade dos funcionários.
- (D) A comunicação interna e a comunicação externa fundem-se na construção da imagem institucional, que é um dos principais pilares que mantêm a organização viva e em condições de se perpetuar.
- (E) Como a rotina de trabalho é muito intensa, os computadores acabam virando uma ferramenta de comunicação interpessoal, possibilitando o feedback e aumentando o contato humano, tornando a comunicação eficiente e completa.

DIREITO PENAL

1. (2025)

Sobre a criminalização de condutas e a correção com a teoria do bem jurídico, bem como com os demais princípios aplicáveis, é correto afirmar que:

(A) o princípio da proteção penal do bem jurídico está materialmente implícito na Constituição da República, a partir da garantia da inafastabilidade da jurisdição;

(B) o crime de redução à condição análoga à de escravo pressupõe uma restrição da liberdade ou alguma forma coativa de ação, pois, se houver consentimento do trabalhador com as condições degradantes, pelo princípio *volenti non fit iniuria*, afasta-se a ilicitude do fato;

(C) o paternalismo é rechaçado pelo direito penal brasileiro, firme na concepção de um direito penal fragmentário e consentâneo com liberdades individuais, impedindo-se o Estado de intervir na vontade de pessoas maiores e capazes;

(D) apenas é legítima a punição da instigação e do auxílio quando houver uma conduta típica praticada pelo executor da ação; sem isso, não se consideram ofendidos bens jurídicos relevantes;

(E) o Supremo Tribunal Federal, ao declarar a inconstitucionalidade da contravenção penal de vadiagem, se fundamentou na violação do princípio constitucional da culpabilidade, pois esse delito se baseia em uma ideia de direito penal do autor.

2. (2024)

Sônia cometeu crime de furto em julho de 2023. Em agosto do mesmo ano, uma nova lei penal foi promulgada, aumentando a pena para esse delito.

A partir da situação hipotética precedente, assinale a opção **correta** conforme o princípio da irretroatividade da lei penal.

(A) A nova lei penal não se aplica a Sônia, pois o citado princípio impede a retroatividade da legislação penal mais gravosa.

(B) Aplica-se a Sônia a nova lei penal, mais

gravosa.

(C) A nova lei penal pode ser aplicada retroativamente a Sônia, desde que ela não tenha sido julgada até a data de promulgação da lei.

(D) Sônia só poderia ser submetida à pena estabelecida na nova lei se houvesse cometido crime grave.

(E) O citado princípio só se aplica a casos já sentenciados, não influenciando processos em andamento, exceto quando a nova lei for mais benéfica ao réu.

3. (2023)

A sucessão de leis penais no tempo pode gerar

(A) *abolitio criminis*.

(B) extraterritorialidade.

(C) retroatividade em prejuízo do réu.

(D) aplicação simultânea da lei anterior e da lei posterior, ainda que em prejuízo do réu.

4. (2023)

A lei penal posterior

(A) retroagirá em qualquer hipótese.

(B) não retroagirá, salvo a pedido da vítima.

(C) não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.

(D) não retroagirá, salvo para prejudicar o réu.

(E) não retroagirá em nenhuma hipótese.

5. (2022)

Acerca da aplicação da lei penal, assinale a opção correta, de acordo com o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes.

(A) A lei penal mais grave retroagirá para atingir o crime permanente, se a sua vigência for anterior à cessação da permanência, mas esse entendimento não se aplicará ao crime continuado, pois se trata de ficção jurídica que incide sobre crimes já consumados.

(B) A lei nova que proíba a extradição por determinada infração penal será retroativa.

(C) A retroatividade da lei não se aplica à hipótese em que haja redução da pena de multa, pois sua natureza é extrapenal.

AMOSTRA

(D) Não retroagirá a lei que, sem modificar o *quantum* da pena, altere a sua modalidade de detenção para prisão simples.

(E) Não retroagirá a lei que inclua uma hipótese de inimizabilidade se essa inovação legislativa estabelecer a aplicação de medida de segurança para a mesma situação.

6. (2024)

Acerca da aplicação da lei penal, julgue os itens a seguir, de acordo com o previsto no Código Penal Brasileiro.

I O crime é considerado praticado no momento da ação ou omissão, independentemente do momento do resultado.

II A lei temporária aplica-se ao fato praticado durante sua vigência, ainda que decorrido o período de sua duração.

III A lei posterior mais benéfica ao agente é aplicável aos fatos anteriores, exceto se decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

Assinale a opção **correta**.

- (A) Apenas o item III está certo.
- (B) Apenas os itens I e II estão certos.
- (C) Apenas os itens I e III estão certos.
- (D) Apenas os itens II e III estão certos.
- (E) Todos os itens estão certos.

7. (2026)

A., com intuito de matar B., fabrica uma bomba-relógio e instala-a sob o banco do automóvel da vítima, no dia 30.12.2024, na cidade de São Paulo, Brasil. A bomba explode e mata B. no dia 30.07.2025, na cidade de Buenos Aires, Argentina.

Com relação ao tempo e ao lugar do crime, é correto afirmar que se considera que o crime foi praticado em

- (A) 2024, apenas em São Paulo.
- (B) 2024, apenas em Buenos Aires.
- (C) 2024, em São Paulo e Buenos Aires.
- (D) 2024 e 2025, em São Paulo.
- (E) 2025, em Buenos Aires.

8. (2022)

Alice, 16 anos, foi sequestrada por Túlio, três dias antes de Túlio completar 18 anos. Após passar 9 dias em cativeiro, as investigações para encontrar Alice foram bem sucedidas e Alice foi então libertada.

Nessa situação hipotética, podemos afirmar que Túlio

(A) deve responder por ato infracional análogo ao crime de sequestro e cárcere privado.

(B) será considerado inimputável e não será penalmente responsabilizado.

(C) será considerado inimputável e será penalmente responsabilizado.

(D) será considerado imputável para todos os fins penais, porque trata-se de crime continuado, em que a consumação se prolonga no tempo.

(E) será considerado imputável para todos os fins penais, porque trata-se de crime permanente, em que a consumação se prolonga no tempo.

9. (2026)

Pelo mesmo crime de racismo, o indivíduo A. fora julgado no Brasil e no exterior, lá tendo sido condenado e cumprido 04 (quatro) anos de pena privativa de liberdade por sentença que foi aqui homologada. Já no Brasil, fora condenado a cumprir 03 (três) anos de pena privativa de liberdade.

Com base nesse caso hipotético, é correto afirmar que

(A) não resta pena a cumprir no Brasil, pois a pena cumprida no estrangeiro é aqui computada.

(B) a particularidade de se tratar de crime imprescritível impede qualquer compensação.

(C) a compensação apenas é possível porque se trata de crime cometido sem violência ou grave ameaça.

(D) a pena de 03 (três) anos deve ser integralmente cumprida no Brasil, não havendo possibilidade de compensação.

(E) a pena cumprida no estrangeiro computa-se pela metade, ou seja, ainda resta 01 (um) ano de pena a ser cumprido no Brasil.

10. (2024)

Hodiernamente, no que concerne aos elementos do crime, o dolo e a culpa são integrantes

(A) da punibilidade.

(B) da culpabilidade.

(C) do fato típico.

(D) da potencial consciência da ilicitude.

(E) da antijuridicidade.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (FGV - 2024)

A República Federativa *Alfa* reconhece o Poder Judiciário como um dos poderes independentes da República. Em *Alfa* há um órgão de acusação independente e diferente do Judiciário, responsável por formular acusações criminais, tendo a iniciativa probatória.

Em *Alfa*, um acusado seria um sujeito de direitos no âmbito do processo penal, e os princípios democráticos do processo penal, tais como o princípio do Juiz Natural e da presunção de inocência, são reconhecidos.

A partir dos dados fornecidos, o país *Alfa* adota o sistema processual com traços mais marcantes do sistema

- (A) acusatório.
- (B) inquisitivo.
- (C) misto.
- (D) consensual.

2. (FGV - 2023)

Acerca dos sistemas processuais penais e a legislação processual penal brasileira interpretada pelos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) A adoção do sistema acusatório no direito brasileiro advém da legislação adjetiva penal, que em sua redação original demonstrava a opção pelo sistema acusatório puro.
- (B) O sistema acusatório se caracteriza pela separação entre as funções de acusador e julgador, podendo haver, acidentalmente, a proibição de produção de provas de ofício pelo magistrado.
- (C) O sistema adversarial é sinônimo de sistema acusatório puro, e se caracteriza pela separação absoluta entre acusação e órgão julgador.
- (D) A Jurisprudência do STF é no sentido de que o sistema inquisitivo adotado no Brasil torna inadmissível a decretação da prisão preventiva, de ofício, pelo magistrado.
- (E) É compatível com o sistema acusatório adotado no Brasil a requisição, pelo Magistra-

de indiciamento do acusado, desde que realizada após o recebimento da denúncia.

3. (FGV - 2022)

Segundo orientação do Superior Tribunal de Justiça, o “poder geral de cautela”:

- (A) pode ser aplicado ao processo penal, havendo restrição a ele no que diz respeito às cautelares pessoais que, de alguma forma, restrinjam o direito de ir e vir da pessoa;
- (B) não pode ser aplicado ao processo penal, pois há incidência do princípio do procedimento tipificado;
- (C) pode ser aplicado ao processo penal, não havendo restrição a ele, pois há incidência da teoria dos poderes implícitos, capacitando o juiz criminal a atuar de forma livre;
- (D) não pode ser aplicado ao processo penal, pois há proibição decorrente do princípio do *nemo tenetur se detegere* e da vedação à analogia *in malam partem*;
- (E) pode ser aplicado ao processo penal, havendo restrição a ele no que diz respeito ao procedimento probatório que, de alguma forma, afete o direito de defesa.

4. (VUNESP - 2022)

A respeito das disposições constitucionais aplicadas ao Direito Processual Penal, é correto afirmar que

- (A) o princípio do contraditório, que garante a oportunidade de manifestação sobre todos os atos do processo, é exclusivo à defesa, não se aplicando a acusação.
- (B) o princípio da publicidade assegura que os atos processuais sejam públicos, excepcionada unicamente a hipótese de preservar a intimidade do acusado.
- (C) a autodefesa, uma das formas de concretização do princípio da ampla defesa, é garantia indisponível, sendo nulo o processo em que não foi exercida pelo réu.

AMOSTRA

(D) o princípio do juiz natural garante que o acusado seja julgado por juiz determinado por regras de fixação de competência editadas antes do fato criminoso.

(E) o princípio do favor rei consagra que a dúvida relativa à prova favorece à sociedade, implicando a condenação do réu.

5. (VUNESP - 2025)

Assinale a alternativa que apresenta o requisito indispensável para início do inquérito policial no caso de crime cuja ação penal é pública condicionada.

- (A) Individualização do indiciado.
- (B) Requisição do Ministério Público.
- (C) Exame de corpo de delito.
- (D) Representação da vítima.
- (E) Indicação de rol de testemunhas.

6. (FGV - 2024)

Miguel, empresário, foi difamado por Carlos, que lhe imputou fato ofensivo à sua reputação, por meio de palavras.

Nessa hipótese, o inquérito policial destinado à investigação do referido delito, deverá ser iniciado:

- (A) por requisição do juiz;
- (B) de ofício pela autoridade policial;
- (C) mediante requerimento de Miguel;
- (D) por requisição do ministro da Justiça;
- (E) por requisição do Ministério Público.

7. (CEBRASPE - 2024)

Acerca do inquérito policial, assinale a opção correta.

- (A) É incabível o oferecimento de denúncia pelo Ministério Público sem a anterior instauração do competente inquérito policial.
- (B) É cabível o arquivamento do inquérito policial pela autoridade policial, desde que cabalmente demonstrada a atipicidade da conduta ou a inexistência do fato.
- (C) A autoridade policial poderá, de ofício, realizar novas diligências sobre o mesmo fato, mesmo após o arquivamento do inquérito policial pelo Ministério Público.
- (D) É incabível ao ofendido ou ao indiciado a requisição de diligências durante a tramitação do inquérito policial, haja vista a natureza administrativa desse procedimento investigatório.

(E) Em regra, nos crimes de ação penal privada, concluído o inquérito policial, o caderno apuratório será entregue de ofício ao ofendido, mediante traslado.

8. (FGV - 2024)

João Paulo, advogado, caluniou seu desafeto, Rubens, empresário de renome na comarca, imputando-lhe falsamente fato definido como crime. Relativamente à investigação do crime de calúnia, com vistas a se determinar a sua existência e autoria, é correto afirmar que o inquérito policial poderá ser iniciado:

- (A) mediante requisição do juiz, caso não o faça o Ministério Público;
- (B) por requisição do Ministério Público, caso não o faça o ofendido;
- (C) por requisição do Ministro da Justiça, caso não o faça o juiz;
- (D) pela autoridade policial, mediante requerimento do ofendido;
- (E) de ofício pela autoridade policial.

9. (VUNESP - 2022)

No que concerne aos investigados em inquérito policial que investiga uso da força letal, é correto afirmar que a Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime):

- (A) a indicação do profissional para o exercício da defesa do servidor deverá ser precedida de manifestação de que não existe defensor público lotado na área territorial onde tramita o inquérito e com atribuição para nele atuar, hipótese em que poderá ser indicado Bacharel em Direito, como defensor ad hoc, mesmo sem inscrição na OAB.
- (B) havendo necessidade de indicação de defensor, a defesa caberá exclusivamente à Defensoria Pública, e, nos locais em que ela não estiver instalada, a União ou a Unidade da Federação correspondente à respectiva competência territorial do procedimento instaurado deverá disponibilizar profissional para acompanhamento e realização de todos os atos relacionados à defesa administrativa do investigado.
- (C) na hipótese de não atuação da Procuradoria do Estado, os custos com o patrocínio dos interesses dos investigados nos procedimentos de que trata esse artigo correrão por conta do orçamento próprio da instituição a que este

DIREITO CIVIL

1. (FGV - 2026)

A respeito do início e da extinção da personalidade civil das pessoas naturais e jurídicas, à luz do Código Civil e da doutrina majoritária, assinale a opção correta.

(A) A personalidade civil da pessoa natural tem início com a concepção, momento a partir do qual o nascituro adquire plena capacidade civil, podendo exercer direitos patrimoniais e pessoais.

(B) A existência legal da pessoa jurídica começa com a assinatura do ato constitutivo pelos sócios fundadores, independentemente de seu registro, desde que haja início efetivo da atividade econômica.

(C) A extinção da pessoa jurídica somente se aperfeiçoa com o encerramento total de suas atividades, sendo o cancelamento do registro público ato meramente declaratório, que não possui efeitos jurídicos relevantes.

(D) A personalidade civil da pessoa natural extingue-se com a morte, mas os efeitos patrimoniais e existenciais de sua personalidade podem, em hipóteses expressas em lei, projetar-se após o óbito, como ocorre com os direitos da personalidade e com a proteção à memória e imagem do falecido.

(E) A dissolução da pessoa jurídica, ainda que regularmente registrada no órgão competente, não extingue sua personalidade enquanto houver obrigações pendentes, sendo possível a prática de atos jurídicos em nome da sociedade dissolvida para fins de cumprimento de responsabilidades residuais, inclusive tributárias.

2. (FGV - 2026)

Lara, com 16 anos e 4 meses, foi emancipada por instrumento público, por concessão dos pais. Mesmo após a emancipação, continuou residindo com os pais e iniciou atividade profissional como designer. Sem assistência dos genitores, celebrou contrato de financiamento com alienação fiduciária para adquirir um notebook profissional e requereu

abertura de conta-corrente em banco digital para receber pagamentos de clientes. O banco, ao analisar a documentação, condicionou a abertura da conta à participação dos pais, como assistentes, na assinatura do contrato, em razão da idade e da suposta incapacidade civil de Lara.

Após a análise da situação hipotética e com base nas normas do Código Civil, é **correto** afirmar que:

(A) a exigência do banco é indevida, pois a emancipação regularmente outorgada confere a Lara capacidade plena para todos os atos da vida civil, inclusive contratar financiamento e abrir conta bancária sem assistência;

(B) a exigência do banco é correta, porque o emancipado até os 18 anos é relativamente incapaz, motivo pelo qual os negócios jurídicos celebrados sem assistência dos pais são anuláveis;

(C) a emancipação confere capacidade apenas para atos de mera administração, não autorizando a contratação de garantias reais; por isso, o banco pode exigir a assistência dos pais para o financiamento;

(D) a emancipação por escritura pública só produz efeitos para terceiros após homologação judicial, sendo legítima a exigência do banco de assistência dos pais para a celebração do contrato;

(E) a abertura de conta-corrente pode ser feita sem os pais, mas o financiamento com alienação fiduciária é nulo sem autorização judicial específica.

3. (IADES - 2021)

Os registros públicos existem para oferecer segurança jurídica à vida social. De acordo com o Código Civil, no Registro Público, dispensa-se o registro de

(A) casamento.

(B) nascimento.

(C) óbito.

(D) união estável.

(E) emancipação.

AMOSTRA

4. (FGV - 2021)

De acordo com o Código Civil (Lei nº 10.406/02), analise as afirmativas a seguir.

I. Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.

II. A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.

III. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 18 (dezoito) anos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

5. (FGV - 2020)

Christiana tem três filhas: Roberta, que tem quinze anos e é estudante; Marisa, que tem dezesseis anos, mas já se sustenta com o trabalho que realiza como empregada de uma joalheria; e Virgínia, que tem vinte anos, mas ainda reside com a mãe, que a sustenta. A capacidade para exercer os atos da vida civil é atribuída a:

- (A) somente Virgínia;
- (B) somente Marisa;
- (C) somente Marisa e Virgínia;
- (D) somente Roberta e Virgínia;
- (E) Roberta, Marisa e Virgínia.

6. (FGV - 2024)

Como fazia todas as manhãs, um belo dia, Robson saiu de sua casa às oito horas para fazer a sua caminhada. No entanto, desta vez não retornou para o seu domicílio. Seus familiares procuraram em todos os lugares a que habitualmente ia e buscaram notícias junto aos seus amigos e a pessoas que estavam nos lugares por onde Robson teria passado ao caminhar, mas ninguém sabia dele. Robson é divorciado há muitos anos e tem um primo em outra cidade chamado Aderbal, além de dois filhos que moram com ele: Cláudio, de 23 anos, e Laura, de 21 anos.

Sobre a ausência de Robson, é correto afirmar que:

- (A) todos os herdeiros, na fase de sucessão provisória da ação de ausência, podem ser imitados na posse dos bens do ausente, desde

que ofereçam garantia da restituição;

(B) se for provado que Robson conta oitenta anos de idade na data da propositura da ação de ausência, e que datam de cinco anos as últimas notícias dele, é possível requerer diretamente a abertura da sucessão definitiva;

(C) a morte de Robson será presumida com a abertura da sucessão provisória, mas, se ele retornar em até dez anos dessa data, poderá reaver os bens no estado em que se encontrarem;

(D) se Robson retornar na fase de sucessão provisória, provado que sua ausência se deu de forma voluntária e imotivada, perderá os bens em benefício dos herdeiros necessários;

(E) a existência de mandatário que possa e queira administrar os bens de Robson, com poderes suficientes para tal, impede a propositura da ação de ausência com abertura da sucessão provisória em qualquer tempo.

7. (FGV - 2022)

Humberto desapareceu do seu domicílio na cidade de Anápolis, sem que houvesse notícias do seu paradeiro, deixando procurador e testamento. Decorridos três anos do seu desaparecimento, sua esposa, casada com Humberto sob o regime de comunhão parcial de bens, e seus filhos propuseram a competente ação de ausência e requereram a abertura da sucessão provisória, pleiteando a imissão na posse dos bens do ausente.

Sobre o caso, é **correto** afirmar que:

(A) para serem imitados na posse provisória dos bens de Humberto, os herdeiros deverão prestar garantia de restituição;

(B) o descendente, o ascendente e o cônjuge devem capitalizar todos os frutos e rendimentos auferidos dos bens cuja posse receberem;

(C) os imóveis do ausente não poderão ser dados em hipoteca nem alienados, salvo em virtude de desapropriação;

(D) o sucessor excluído da posse provisória pode alegar a falta de meios para que lhe seja entregue metade dos rendimentos do quinhão que lhe tocaria;

(E) ainda que o ausente venha a aparecer, não terá direito a reaver dos sucessores sua parte nos frutos e rendimentos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. (2023)

Considerando a teoria geral do processo, as fontes do direito processual, o sistema de justiça multiportas, os meios alternativos de solução de conflitos e a jurisdição, assinale a opção **correta**.

- (A) O exercício das atividades jurisdicionais é exclusivo do Poder Judiciário.
- (B) O escopo político da jurisdição é a pacificação de sujeitos ou de grupos em litígio, mediante a solução de seus conflitos.
- (C) São consideradas fontes da norma processual, entre outras, os negócios jurídicos processuais.
- (D) A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios poderão criar câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos entre entes públicos, vedada a admissibilidade dos pedidos de solução de conflitos entre entes públicos e particulares.
- (E) Os conciliadores atuarão, preferencialmente, nos processos judiciais em que houver prévio vínculo com as partes, podendo sugerir soluções para o litígio.

2. (2025)

As garantias fundamentais do processo trazem diversos direitos e deveres aos sujeitos do processo. Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir.

I. É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, competindo ao juiz zelar pelo efetivo contraditório.

II. O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, salvo quanto à matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

III. As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, ressalvada a atividade satisfativa.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

3. (2026)

Paulo propôs uma ação pedindo a guarda unilateral de seu filho, uma criança com 2 anos de idade, em face de sua ex-esposa Sônia, que detinha a guarda de fato do infante.

O processo foi distribuído ao juízo da 1ª Vara de Família da Comarca da Capital.

Após essa distribuição, e sem saber que já estava sendo demandada, Sônia distribuiu uma demanda própria em face de Paulo, postulando também a guarda unilateral do mesmo filho do casal, desejando regularizar uma situação fática preexistente. O processo também foi distribuído para o juízo da 1ª Vara de Família da Comarca da Capital.

Percebendo a existência de ambos os processos, o juiz determinou a extinção daquele instaurado posteriormente, por falta de interesse processual, uma vez que a guarda da criança já estava sendo discutida no processo anterior.

Nesse cenário, o pronunciamento judicial que extinguiu o segundo processo foi:

- (A) correto, uma vez que a distribuição da petição inicial torna prevento o juízo;
- (B) correto, uma vez que ausente o interesse processual no tocante à segunda demanda;
- (C) incorreto, uma vez que a extinção deveria ser pautada na ocorrência de litispendência;
- (D) incorreto, uma vez que os processos deveriam ser reunidos para julgamento simultâneo;
- (E) incorreto, uma vez que os processos deveriam ser julgados separadamente.

4. (2025)

Com base nas regras previstas no CPC a respeito da competência, assinale a opção correta.

- (A) É competente o foro da situação da coisa para a propositura de ação de reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, até mesmo aeronaves.
- (B) A competência é fixada por ocasião da distribuição da petição inicial, devendo-se considerar, contudo, eventuais alterações nos critérios de fixação da competência em razão do território, do valor ou da matéria.
- (C) A ação fundada em direito real sobre bens móveis deve ser proposta, em regra, de acordo com o critério *lex rei sitae*.
- (D) Em demanda em que seja ré sociedade sem personalidade jurídica, a competência é fixada de acordo com o domicílio do autor.
- (E) A ação possessória imobiliária deve ser proposta no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência absoluta.

5. (2024)

Analise as afirmativas a seguir acerca da competência.

- I. É competente o foro do lugar onde está a sede, para a ação em que for ré pessoa jurídica.
- II. A ação possessória imobiliária será proposta no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência relativa.
- III. Quando o réu não tiver domicílio ou residência no Brasil, a ação será proposta no foro de domicílio do autor, e, se este também residir fora do Brasil, a ação será proposta em qualquer foro.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II, apenas.

6. (2024)

Bom Transporte Ltda, pessoa jurídica com sede em Belo Horizonte (MG), ajuizou ação de cobrança em face da Pneus Bons Ltda, que possui sede em São Paulo (SP), em razão do inadimplemento de obrigação de pagar. O contrato entre as partes previa a realização de serviço de transporte de cargas entre Belo Horizonte (MG) e

Rio de Janeiro (RJ), o qual foi realizado pela Bom Transporte Ltda em prol da Pneus Bons Ltda, a qual não pagou a contraprestação devida. A ação proposta pela Bom Transporte Ltda foi distribuída à 1ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte. Em sede de contestação, a Pneus Bons Ltda argumentou que a competência seria do foro de São Paulo, requerendo a remessa dos autos àquela comarca. Tomando o caso concreto como premissa, à luz das disposições do Código de Processo Civil, é correto afirmar que

- (A) o foro competente é o do domicílio do autor, por se tratar de demanda fundada em direito obrigacional, sendo legítima a escolha da comarca de Belo Horizonte pela Bom Transporte Ltda, prestigiando-se o direito de acesso à justiça.
- (B) o local de destino da carga é o foro competente, nos termos do Código de Processo Civil, por se tratar do local aonde a Bom Transporte Ltda sofreu o dano.
- (C) a competência territorial no caso acima é atribuída ao foro do domicílio do réu, ou seja, a comarca de São Paulo, por ser a sede da Pneus Bons Ltda.
- (D) o foro competente será aquele contratualmente fixado e, na hipótese de disposição expressa acerca do tema, atribuir-se-á a competência ao Distrito Federal.
- (E) diante da ausência de previsão de foro específico no contrato, a competência territorial é conferida ao foro do domicílio do autor, no caso, a comarca de Belo Horizonte.

7. (2025)

João ajuizou ação de cobrança em face de Pedro, que é casado com Maria em regime de separação convencional de bens. Como causa de pedir, João alegou que as partes celebraram contrato de compra e venda de bem imóvel, o qual foi adquirido por Pedro antes de seu casamento, porém o adquirente deixou de pagar vinte e duas das trinta parcelas pactuadas em contrato, sendo o objeto do processo a cobrança das parcelas em atraso.

Ao realizar o juízo de admissibilidade da petição inicial, o juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte (MG) verificou a ausência de Maria no polo passivo da demanda, embora residida com Pedro no imóvel objeto do processo.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

